



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO 218/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026 REGISTRO DE PREÇOS 03/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços visando a aquisição e fornecimento de eletroeletrônicos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID DE MEDIDA	QUANTID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fragmentadora de papel	449968	Unidade	05	R\$ 2.136,67	R\$ 10.683,35
2	Frigobar	345332	Unidade	16	R\$ 1.192,04	R\$ 19.072,64
3	Geladeira	394825	Unidade	03	R\$ 2.246,67	R\$ 6.740,01
4	Enceradeira profissional	630712	Unidade	01	R\$ 2.792,33	R\$ 2.792,33
5	Aparelho de celular smatphone	637894	Unidade	15	R\$ 6.012,92	R\$ 90.193,80
6	IPhone 17 Pro Max	625691	Unidade	02	R\$ 10.566,46	R\$ 21.132,92
7	Scanner de mesa para documentos	449548	Unidade	03	R\$ 2.382,69	R\$ 7.148,07
8	Lavadora e secadora de piso elétrica	315412	Unidade	02	R\$ 2.924,00	R\$ 5.848,00
9	Tanquinho/lavadora de panos elétrica	630795	Unidade	02	R\$ 508,27	R\$ 1.016,54
10	Impressora térmica de etiquetas	632864	Unidade	03	R\$ 1.781,85	R\$ 5.345,55
11	Fritadeira elétrica sem óleo	629862	Unidade	03	R\$ 656,67	R\$ 1.970,01
12	Lavadora de alta pressão profissional	624185	Unidade	01	R\$ 671,75	R\$ 671,75
13	Ar condicionado 12.000 BTU	458192	Unidade	05	R\$ 2.997,63	R\$ 14.988,15



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

14	Ar condicionado 24.000 BTU	355741	Unidade	05	R\$ 4.901,52	R\$ 24.507,60
15	Climatizador de ar	625431	Unidade	03	R\$ 1.221,12	R\$ 3.663,36
16	Climatizador de ar industrial	628049	Unidade	02	R\$ 4.501,67	R\$ 9.003,34
17	Ventilador de coluna	300283	Unidade	03	R\$ 204,94	R\$ 614,82
18	Micro-ondas	399613	Unidade	03	R\$ 800,24	R\$ 2.400,72
19	Fogão doméstico de piso	425200	Unidade	03	R\$ 717,28	R\$ 2.151,84
20	Grill elétrico multifuncional 2 em 1	317762	Unidade	05	R\$ 756,14	R\$ 3.780,70
21	Bebedouro	394349	Unidade	05	R\$ 600,18	R\$ 3.000,90

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme arts. 31 e 32 do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

1.7. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

2.1.1 Na presente contratação não haverá agrupamento de item distintos em lotes.

2.2. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:

2.2.1. Na presente contratação não haverá lotes exclusivos para microempresas ou empresas de pequeno porte.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, disponível para consulta no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Itabirito.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. São descrições pormenorizadas dos itens:

4.2.1. Item 01: Fragmentadora de papel em partículas com capacidade para trituração igual ou superior a 25 folhas por vez; com capacidade para triturar cartões, cds, cliques e grampos; Estrutura com cesto / coletor de resíduos removível; Capacidade do cesto igual ou superior a 20 litros; Indicação para superaquecimento; Voltagem: 127V; Tempo de funcionamento: 15 minutos funcionando e máximo de 15 minutos de descanso; Nível de ruído < 55 dB; Potência do motor superior a 500 watts; Possuir sensor de segurança; Realizar



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 / www.itabirito.mg.leg.br

função reversa; Led com indicação de lixeira cheia; Velocidade de fragmentação superior a 3,5 m/min. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.2.2. Item 02: Frigobar. Características do aparelho: Tipo: Frigobar / refrigerador compacto de uso doméstico ou corporativo; Tensão: 127V ou bivolt automático (monofásico); Frequência: 60 Hz; Capacidade total: entre 67 a 80 litros; Tipo de degelo: Manual ou Automático; Controle de temperatura: Termostato ajustável; Porta: Única, com compartimentos internos para garrafas e latas; Prateleiras internas: Mínimo de 1 (uma) prateleira removível em vidro ou aramado; Compartimento para congelamento: Freezer ou compartimento extra-frio integrado; Iluminação interna: em LED; Nível de ruído: Baixo ruído em funcionamento (conforme normas do Inmetro); Eficiência energética: Classificação A ou equivalente conforme INMETRO; Cor externa: branca; Pés: Reguláveis, para nivelamento do equipamento; O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Certificação: Produto deve ser certificado pelo INMETRO. Manual de Instruções em português.

4.2.3. Item 03: Geladeira. Características do aparelho: Tipo: Refrigerador doméstico ou corporativo de duas portas (freezer superior); Tensão: 127V ou bivolt automático (monofásico); Frequência: 60 Hz; Capacidade total: mínima de 370 litros e máxima de 380 litros; Capacidade do refrigerador: aproximadamente 280 litros; Capacidade do freezer: aproximadamente 90 litros; Tipo de degelo: Frost Free (degelo automático); Controle de temperatura: Termostato ajustável, com comandos acessíveis; Painel de controle: Externo ou interno, com regulagem de temperatura do freezer e refrigerador; Prateleiras internas: Mínimo de 3 (três) prateleiras ajustáveis, em vidro temperado ou material de alta resistência; Prateleira na porta para garrafas de até 2 litros; Gaveta para frutas e legumes: com tampa ou compartimento específico; Compartimento freezer: com prateleira removível e porta basculante ou divisória interna; Iluminação interna: em LED; Nível de ruído: Baixo ruído em funcionamento (conforme normas do Inmetro); Eficiência energética: Classificação mínima "A" segundo o INMETRO; Cor externa: branca; Pés: Reguláveis, para nivelamento do equipamento; Porta reversível: Preferencialmente reversível (abrir para ambos os lados); Gás refrigerante: Ecológico (R600a ou equivalente, livre de CFC); Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação; Certificação: Produto deve ser certificado pelo INMETRO. Manual de instruções em português.

4.2.4. Item 04: enceradeira profissional, (polidora de piso), modelo industrial, destinada à limpeza, conservação e polimento de pisos de ambientes



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

institucionais. Motor elétrico com potência mínima de 0,75 HP (≈ 550 W); Alimentação elétrica monofásica (127V ou 220V, conforme necessidade); motor com enrolamento em cobre ou equivalente; Rotação da escova entre 150 e 200 RPM; Sistema de transmissão por engrenagens ou correias reforçadas; Diâmetro mínimo da escova: 350 mm; Compatível com escova e disco de limpeza (pad); Sistema de fácil substituição de acessórios; Base metálica ou material de alta resistência; Cabo em aço com pintura eletrostática ou equivalente; Estrutura robusta para uso contínuo; cabo com regulagem de altura; Sistema de acionamento por alavanca; Sistema de acionamento com trava de segurança; Proteção contra respingos; Cabo elétrico reforçado (mínimo 10 metros); capacidade mínima de atendimento: ≥ 1.000 m² por operação. Acessórios Inclusos: 01 escova de nylon para lavagem, 01 suporte para disco de limpeza (pad holder). O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.2.5. Item 05: Aparelho de telefone smartphone. Cor: preto; cinza ou prata. Características: Aparelho novo, de primeiro uso, não recondicionado; sistema operacional Android 14 ou superior; Interface em português (Brasil); compatível com aplicações corporativas, videoconferência, autenticação digital e sistemas web. Processador octacore, com frequência mínima de 2.4 GHz ou superior; Memória RAM mínima de 8 GB; Armazenamento interno mínimo de 128 GB (não será aceito armazenamento exclusivamente expansível como substituto do interno. Tela mínima de 6,2 polegadas; Resolução mínima Full HD+; tecnologia AMOLED ou superior; taxa de atualização mínima de 120 Hz. Compatível com redes 4 e 5G; Bluetooth 5.1 ou superior; chip físico ou eSIM. Câmera traseira principal mínima de 64 MP; Câmera frontal mínima de 16 MP; Gravação de vídeo em 4K com recursos de estabilização digital ou óptica. Bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh, autonomia para 1 dia completo de uso corporativo. Conector USB Tipo-C; Alto-falantes estéreo; Microfones com redução de ruído. Acessórios Inclusos: Carregador original (bivolt); Cabo de dados; Manual em português; Ferramenta de SIM (se aplicável). Garantia mínima de 12 meses e Assistência técnica autorizada no Brasil. Produto homologado pela ANATEL.

4.2.6. Item 06: Iphone 17 Pro Max: aparelho celular novo, original de fábrica, sem uso anterior. O aparelho deverá possuir memória interna mínima de 256 GB, conectividade 5G, Tela brilhante de 6,86 polegadas, estrutura unibody em alumínio, câmeras traseiras de 48 MP e zoom de 8x com qualidade óptica. Câmera frontal center stage de 18 MP e Vídeo com Captura Dupla para gravação simultânea das câmeras frontal e traseira O equipamento deverá ser



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

entregue acompanhado de todos os acessórios originais necessários ao pleno funcionamento, incluindo carregador completo original compatível com o aparelho, contendo cabo de carregamento e fonte/adaptador de energia, além de manual de instruções e caixa original lacrada.

4.2.7. Item 07: Scanner de mesa para documentos. Características do aparelho: Tipo de scanner: Base plana, alimentador automático de documentos; Resolução de digitalização, óptica: 2400 dpi ou superior; Ciclo de trabalho recomendado: 500 páginas ou superior; Profundidade de bits: 48 bits; Níveis da escala de cinza: 65536; Deve possuir detecção de multi-alimentação por meio de comprimento; Adaptador de transparências: integrado; dois slides de 35 mm ou três negativos de 35 mm; Tamanho da digitalização, máximo: 216 x 297 mm; Tipos de mídias suportadas: Papel (normal, jato de tinta, fotográfico), envelopes, postais (fichas de arquivo e felicitações), objetos 3D; Gramaturas de mídia, ADF suportado: 50 a 120 g/m²; Formatos dos arquivos digitalizados: PDF, PDF localizável, JPG, BMP, TIFF, TIFF comprimido, TXT, HTML, RTF, FPX, PNG, PCX, GIF; Modos de entrada de digitalização: Digitalização do painel frontal para o software de digitalização da fabricante; digitalização de software usando software de digitalização da fabricante; aplicativo de usuário via drivers; Painel de controle: Deve possuir botões no painel frontal (Cancelar, Copiar, Liga/Desliga, Digitalizar, Configurar), botões de navegação e seleção, teclas numéricas para inserção de PIN; Capacidade do alimentador automático de documentos: Padrão, 50 folhas; Velocidade de digitalização do alimentador automático de documentos: Até 15 ppm/6 ipm (preto e branco, cinza, 200 dpi) ou superior; Opções de digitalização (ADF): Frente e verso; Tamanho da digitalização (ADF): Até 216 x 356 mm; Sistemas operacionais compatíveis: Microsoft Windows 7, Microsoft Windows 10, Microsoft Windows 11; Conectividade: 1 Ethernet; 1 USB 2.0 de alta velocidade; Alimentação: Voltagem de entrada 100 a 240 VCA; Consumo de energia: 60 Watts no máximo; Garantia do fabricante: Garantia limitada de um ano para o hardware. Acessórios que devem estar inclusos: Cabo USB 2.0 de alta velocidade; cabo de alimentação; mídia de instalação; manual de instruções em português. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.2.8. Item 08: Lavadora e secadora de piso elétrica. Especificações Técnicas Mínimas: Sistema de limpeza por escova(s) rotativa(s) ou disco(s) motorizado(s); Sistema de sucção integrado com rodo para secagem eficiente; Reservatório de solução (água limpa) com capacidade mínima de 40 litros; Reservatório de recuperação (água suja) com capacidade mínima de 40 litros; Largura mínima de limpeza de 400 mm; Largura mínima de secagem de 500



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 / www.itabirito.mg.leg.br

mm; Produtividade mínima de 1.000 m²/h; Alimentação elétrica 110V ou bivolt; Nível de ruído adequado para ambientes internos; Estrutura robusta, com materiais resistentes à corrosão e impactos; Painel de controle de fácil operação; Dispositivos de segurança contra acionamento acidental e com Rodas para fácil deslocamento; Cabo elétrico com extensão mínima de 10 metros. Acessórios Inclusos: Escova(s) ou suporte(s) para disco; Rodo(s) de secagem; Mangueira(s) para drenagem; Manual de instruções em Português. O equipamento deverá atender às normas técnicas e certificação de segurança. Garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.2.9. Item 09: tanquinho/lavadora de panos elétrica, Tipo: lavadora semiautomática (tanquinho). Cor: branca. Especificações Técnicas Mínimas: capacidade mínima de lavagem: 10 kg de roupas secas; Sistema de lavagem com agitador central ou tecnologia equivalente que garanta eficiência na remoção de sujidades; Programas de lavagem ajustáveis ou temporizador com múltiplas opções de tempo; Estrutura fabricada em material resistente, anticorrosivo e de alta durabilidade; Tampa superior resistente, com sistema de fechamento seguro; Motor com proteção contra sobrecarga; Baixo nível de ruído e vibração, compatível com ambientes internos; Sistema de drenagem por gravidade ou bomba, com mangueira inclusa; Filtro para retenção de fiapos e resíduos sólidos; Alimentação elétrica de 110V ou bivolt; Consumo eficiente de água e energia; Eficiência energética: Classificação mínima “A” segundo o INMETRO; Base com apoio estável e, preferencialmente, sistema antiderrapante. Acessórios Inclusos: Mangueira de entrada de água; Mangueira de saída (drenagem); Filtro de fiapos (instalado ou removível); Manual de instruções em português. O equipamento possuir certificação do INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.2.10. Item 10: Impressora térmica de etiquetas. Características de hardware: Tipo de cortador: automático; Tecnologia da impressora: térmica; Deve permitir impressão de até 110 etiquetas por minuto através de software gratuito; Voltagem: 100-240V - 50/60Hz, 1.5ª; Tipos de interfaces: Wireless 802.11 b/g/n, Wi Fi Direct, Hi-Speed USB 2.0 e Ethernet; Tela de LCD; Resolução máxima de impressão (dpi): até 300 x 600; Largura máxima de impressão: 58 mm; Largura máxima da etiqueta: 62mm; Memória para dados transferidos: 7 MB; Memória da impressora: 7,8 MB; Tamanhos de fita permitidas: Pré-cortadas e contínuo; Cortador: automático; Características de software: Tipos de códigos de barras suportados conectado ao PC: CODE39, IMb, CODE128, UCC/EAN128 (GS1-128), ITF(I-2/5), CODABAR(NW-7), UPC-A, UPC-E, EAN13, EAN8, ISBN-



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

2(EAN13 AddOn2), ISBN-5(EAN13 AddOn5), Código de barras laser, POSTNET, RSS (RSS14 padrão, RSS14 truncado, RSS14 empilhado, RSS14 omnidirecional empilhado, RSS limitado, RSS expandido, RSS expandido e empilhado), PDF417 (padrão, truncado, micro), Código QR (Modelo1, Modelo2, Micro), DataMatrix (ECC quadrangular, ECC retangular), MaxiCode (Model2, Model3, Model4, Model5), GS1 Databar Composite, Código de barras Aztec. Tipos de códigos de barras no modo autônomo: CODE39, CODE93, UPCEETENTION, CODE128, UCC/EAN128 (GS1-128), ITF (I-2/5), CODABAR(NW-7), UPC-A, UPC-E, EAN13, EAN8, RSS (RSS14 padrão, RSS14 truncado, RSS14 empilhado, RSS14 omnidirecional empilhado, RSS limitado, RSS expandido, RSS expandido e empilhado), PDF417 (padrão, truncado, micro), DataMatrix (ECC quadrangular, ECC retangular), MaxiCode (Model2, Model3, Model4, Model5); Compatibilidade com os arquivos do banco de dados: CSV, TXT, MDB, XLS; Estilo de fonte: True Type; Recursos do rotulador: impressão de data/hora, girar impressão, impressão vertical, impressão espelhada; Número máximo de cópias impressas: 9999; Deve permitir suplementos do Microsoft Word / Outlook / Excel; Deve permitir impressão em espelho. Deve permitir aplicativo de impressão para dispositivos móveis (Até 9.999 cópias); Compatibilidade do sistema operacional: Windows Vista, Windows 7, Windows 8/8.1, Windows 10, Windows 11, Windows Server 2003, Windows Server 2008; Deve permitir girar impressão; Deve permitir impressão vertical; Acessórios inclusos: software, cabo USB, cabo de alimentação, guia de configuração rápida, documentação, rolos iniciais: etiquetas de endereço padrão pré-cortadas e fita de papel de comprimento contínuo. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

- 4.2.11. Item 11: Fritadeira elétrica sem óleo, airfryer. Capacidade mínima de 4 litros; Potência mínima: 1.500 W; Alimentação elétrica 110V; Controle de temperatura ajustável, com faixa mínima entre 80°C e 200°C; Timer de 60 mim. Ajustável com desligamento automático e aviso sonoro; Sistema de circulação de ar quente de alta eficiência; Cesto removível com revestimento antiaderente; Cuba interna removível; Sistema de proteção contra superaquecimento; Base com pés antiderrapantes; Indicadores luminosos de funcionamento e aquecimento; Estrutura externa com isolamento térmico adequado; Baixo nível de emissão de fumaça e odores durante o funcionamento. Cor: preta. Manual de instruções em português. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

- 4.2.12. Item 12: Lavadora de alta pressão profissional; Lavadora de alta pressão elétrica; Potência: Acima de 1,7 kw; Tensão: 110V; Pressão de trabalho (lb/pol2): igual ou superior a 1160; Vazão (L/h): igual ou superior a 400; Itens Inclusos (mínimo): Mangueira de alta pressão, igual ou superior a 7,5 metros, com sistema de auto torção; Limitador de pressão; Tubeira de alta pressão; Carrinho. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- 4.2.13. Item 13: Equipamento de ar condicionado Split Hi-Wall de 12.000 BTU. Características do aparelho: - Capacidade nominal BTU: 12.000. Cor: branca. Com controle remoto sem fio digital acompanhado de pilhas. Ciclo mínimo frio. Baixo nível de ruído. Função "timer on/off". Filtro de ar removível e lavável. Função de desumidificação. Função WindFree. 03 (três) velocidades de ventilação ou superior. Alimentação: 220V. Classificação Inmetro: "A". O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Manual de Instruções em português.
- 4.2.14. Item 14: Equipamento de ar condicionado Split Hi-Wall de 24.000 BTU. Características do aparelho: Capacidade nominal BTU: 24.000. Cor: branca. Com controle remoto sem fio digital acompanhado de pilhas. Ciclo mínimo frio. Baixo nível de ruído. Função "timer on/off". Filtro de ar removível e lavável. Função de desumidificação. Função WindFree. 03 (três) velocidades de ventilação ou superior. Alimentação: 220V. Classificação Inmetro entre: "A". O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Manual de instruções em português.
- 4.2.15. Item 15: climatizador de ar, capacidade mínima do reservatório de água: 4 litros; sistema de ventilação com múltiplas velocidades (mínimo 3 níveis); Função de oscilação de ar; Controle de intensidade de ventilação; Baixo consumo de energia elétrica; Alimentação elétrica 110V ou bivolt; Sistema de resfriamento por elemento evaporativo (colmeia ou equivalente); Indicador de nível de água; Reservatório removível ou de fácil abastecimento; Baixo nível de ruído, adequado para ambientes internos; Design compacto e portátil; Alça ou rodízios para transporte; Filtro de ar lavável ou substituível. Manual de instruções em português. Cor: preto. Deve possuir certificação do INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Deve possuir assistência técnica autorizada no território nacional.
- 4.2.16. Item 16: climatizador de ar industrial. Capacidade mínima do reservatório de água: 80 litros; Vazão de ar mínima: compatível com uso em ambientes amplos (mínimo recomendado de 5.000 m³/h); Potência compatível com o porte



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

do equipamento; Alimentação elétrica 110V ou bivolt; Sistema de ventilação com múltiplas velocidades (mínimo 3 níveis); Função de oscilação automática das aletas (horizontal ou vertical); Sistema de resfriamento por colmeia evaporativa ou tecnologia equivalente; Indicador de nível de água; Estrutura robusta, em material resistente à corrosão e impactos; Rodízios para fácil deslocamento; Baixo nível de ruído para a categoria do equipamento; Autonomia prolongada de funcionamento; Possibilidade de abastecimento manual ou contínuo. Cor: preto. Manual de instruções em português. Cor: preto. Deve possuir certificação do INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Deve possuir assistência técnica autorizada no território nacional.

- 4.2.17. Item 17: Ventilador tipo coluna (pedestal); 127v; cor preta; Diâmetro mínimo da hélice: 40 cm; Potência mínima: 120 W; Hélice com mínimo de 5 pás; Sistema de ventilação eficiente e baixo nível de ruído; Oscilação horizontal automática; Altura ajustável (mínimo aproximado entre 1,10 m e 1,30 m); Inclinação regulável; Base estável; Grade de proteção conforme normas vigentes; Sistema de travamento seguro da hélice; Cabo elétrico com isolamento adequado. Classificação energética A ou equivalente, conforme INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Produto certificado pelo INMETRO.
- 4.2.18. Item 18: Micro-ondas com capacidade interna: entre 25 e 30 litros; cor predominante: branca; Painel de controle digital, com teclado de membrana ou tecnologia equivalente; Display digital para visualização de tempo, potência e funções; Potência mínima: 900 W; Alimentação elétrica de 110V; Níveis de potência ajustáveis; Funções mínimas: aquecimento, descongelamento e timer; Programas automáticos pré-configurados; Timer com aviso sonoro ao término; Prato giratório removível, em material resistente (vidro ou equivalente); Iluminação interna durante o funcionamento; Porta com visor e sistema de abertura seguro; Sistema de segurança com travamento de porta durante a operação; Cavidade interna com revestimento de fácil limpeza. Manual em Português. Classificação energética A ou equivalente, conforme INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Produto certificado pelo INMETRO.
- 4.2.19. Item 19: fogão doméstico de piso, 4 bocas, com forno integrado, para uso em ambiente institucional. Produto novo, de primeiro uso; Alimentação a gás (GLP ou GN com conversão possível); cor: branco; Quantidade de 4 queimadores; Mesa em aço esmaltado; Queimadores com boa eficiência térmica; Trempe individuais ou duplas em Material em aço esmaltado reforçado



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

ou ferro fundido; Acendimento automático ou superautomático; forno com capacidade mínima de 50 litros; porta com vidro duplo; Iluminação interna; Pelo menos 1 prateleira ajustável; Válvula de segurança no forno; Pés estáveis e antiderrapantes. Classificação energética A ou equivalente conforme INMETRO. Manual em português. Garantia mínima de 12 meses.

4.2.20. Item 20: Grill elétrico multifuncional tipo 2 em 1, em formato retangular, destinado ao preparo de alimentos grelhados, prensados e aquecidos, com potência mínima de 1000W. O equipamento deverá possuir chapas com revestimento antiaderente, proporcionando facilidade de limpeza e evitando aderência dos alimentos durante o uso. Deverá contar com sistema de abertura tipo grill/prensa, aquecimento elétrico uniforme e bandeja ou coletor removível para gordura e resíduos. O produto deverá possuir estrutura resistente, alça com isolamento térmico, base antiderrapante e luz indicadora de funcionamento e aquecimento, garantindo segurança e praticidade na operação. A alimentação elétrica deverá ser compatível com a rede nacional, em tensão de 127V, conforme necessidade do órgão requisitante, atendendo às normas vigentes de segurança e certificação do INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.2.21. Item 21: Bebedouro de água tipo coluna, destinado ao uso de água mineral de galão de 20 litros, apropriado para fornecimento de água natural e gelada com duas torneiras independentes. Torneiras de fácil acionamento e alta resistência confeccionadas em plástico ABS. Baixo nível de ruído durante o funcionamento. Perfurados para galão de 20 litros incorporado. Termostato fixo externo para ajuste de temperatura entre 4 e 15°C (mínimo), com sete níveis de temperatura. Gabinete confeccionado em aço inoxidável, sem emendas, resistente a corrosão, de fácil higienização e compatível com ambientes de uso coletivo. Reservatório interno confeccionado em plástico atóxico ou aço inox. Conexões hidráulicas internas atóxicas. Possuir bandeja coletora de água (bandeja subdivida em tampa, aparador de copos, base de aparador e separador de água) confeccionados em material de polipropileno. Sistema de refrigeração por compressor. Gás refrigerante ecológico. Voltagem de 127V. Potência acima de 150 W. Certificação do INMETRO. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões mínimas: 900 mm de altura, 250 mm de largura e 350 mm de profundidade. As dimensões máximas devem ser 20 % a mais das dimensões mínimas.

4.3. Todos os eletrodomésticos deverão ser novos, sem uso anterior, com Selo PROCEL (ferramenta que permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes e que consomem menos energia), quando couber.

4.4. Só será admitida a oferta dos eletroeletrônicos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", aprovado pelo INMETRO, cuja função é informar o desempenho energético dos equipamentos

4.5. Será vedada a aquisição de equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da Participação de Consórcios:

5.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5.2. Sustentabilidade:

5.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.2.1.2 Será vedada a aquisição de equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal.

5.2.1.3 Só será admitida a oferta dos eletroeletrônicos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", aprovado pelo INMETRO, cuja função é informar o desempenho energético dos equipamentos.

5.3. Indicação de marcas ou modelos

5.3.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para a contratação, exceto para o item 06.

5.3.2. A aquisição de aparelho celular destinado ao Setor de Comunicação da Câmara Municipal justifica-se pela necessidade de atendimento das demandas institucionais relacionadas à produção, captação, edição, transmissão e divulgação de conteúdos audiovisuais oficiais do Poder Legislativo Municipal, especialmente aqueles vinculados às sessões plenárias, audiências públicas,



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

reuniões institucionais, eventos oficiais, cobertura externa e comunicação social institucional.

O equipamento será utilizado como ferramenta de trabalho nas atividades de comunicação pública institucional, as quais exigem elevado padrão técnico de qualidade de imagem, estabilidade operacional, segurança da informação, mobilidade e capacidade de processamento audiovisual em tempo real, em consonância com os princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A especificação da marca Apple e do modelo iPhone 17 Pro Max encontra respaldo no art. 41, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, o qual admite, excepcionalmente, a indicação de marca ou modelo quando houver necessidade de padronização, compatibilidade técnica ou quando determinada marca ou produto for o único capaz de atender às necessidades administrativas devidamente justificadas.

No presente caso, a indicação específica decorre de motivação técnica e operacional devidamente fundamentada, não configurando direcionamento indevido, preferência subjetiva ou restrição injustificada à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar a adequada execução das atividades desenvolvidas pelo Setor de Comunicação.

As atribuições do setor demandante envolvem produção contínua de conteúdo digital institucional para divulgação em redes sociais oficiais, portais institucionais, transmissões ao vivo e demais meios de comunicação pública, demandando equipamento com alto desempenho e compatível com padrões profissionais de captação e processamento audiovisual.

Dentre as necessidades operacionais identificadas, destacam-se:

- Captação de imagens e vídeos em resolução profissional elevada, com fidelidade de cores e qualidade compatível com mídias institucionais oficiais;
- Estabilização avançada de imagem para gravações móveis durante as sessões, eventos externos, entrevistas e cobertura dinâmica de atividades parlamentares;
- Elevado desempenho em ambientes internos com baixa luminosidade, especialmente no plenário;
- Processamento simultâneo de captura, edição, renderização e compartilhamento de arquivos audiovisuais;
- Conectividade estável e alto desempenho para transmissões ao vivo em plataformas digitais;



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

- Armazenamento interno compatível com arquivos audiovisuais de grande volume e alta resolução;
- Autonomia energética suficiente para cobertura integral de sessões legislativas, audiências públicas e eventos externos sem interrupções operacionais;
- Integração eficiente com plataformas digitais, aplicativos institucionais e ferramentas utilizadas na rotina de comunicação pública.

O modelo iPhone 17 Pro Max apresenta conjunto técnico reconhecidamente compatível com tais exigências, destacando-se, especialmente:

- Sistema avançado de câmeras profissionais, composto por sensores de alta capacidade, estabilização óptica de imagem, recursos avançados de foco, captura em baixa luminosidade e processamento computacional de imagem, permitindo registros institucionais com elevado padrão técnico;
- Capacidade de gravação de vídeos em formatos profissionais, inclusive em alta resolução e elevada taxa de quadros, adequados para produção de conteúdo institucional, transmissões oficiais e cobertura audiovisual de atos do Poder Legislativo;
- Processador de alto desempenho e otimizado para edição, renderização e processamento simultâneo de mídias, assegurando fluidez operacional nas atividades desempenhadas pelo Setor de Comunicação;
- Estabilidade operacional do sistema iOS, amplamente reconhecida pela segurança e reduzida incidência de falhas, circunstância relevante em transmissões ao vivo e coberturas oficiais que não admitem interrupções;
- Elevado nível de integração entre os programas utilizados pelo Setor de Comunicação para edição, proporcionando maior eficiência no tratamento de arquivos audiovisuais, compartilhamento de conteúdo e execução simultânea de aplicações institucionais;
- Autonomia de bateria e eficiência energética compatíveis com longos períodos de utilização contínua, especialmente durante sessões legislativas, eventos externos e coberturas institucionais prolongadas;
- Padrão reconhecido de durabilidade, suporte técnico e vida útil do equipamento, fatores relevantes para a Administração Pública sob a ótica da economicidade e redução de custos indiretos decorrentes de manutenção ou substituições prematuras;
- Recursos avançados de segurança da informação, criptografia nativa e proteção de dados institucionais, relevantes para preservação da integridade dos conteúdos produzidos e armazenados pelo Poder Legislativo;
- Compatibilidade técnica e operacional com fluxos de trabalho já utilizados pelo Setor de Comunicação, incluindo aplicativos de edição, transmissão e gerenciamento de mídias digitais.

Ressalte-se que a definição específica da marca e modelo decorre de critérios estritamente técnicos e operacionais, vinculados à necessidade administrativa



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

concretamente demonstrada, observando-se os princípios da motivação, razoabilidade, eficiência, interesse público e economicidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

A eventual aquisição de equipamento com desempenho inferior ou incompatível com as demandas institucionais poderá comprometer a qualidade das transmissões oficiais, a publicidade dos atos legislativos, a continuidade operacional das atividades de comunicação institucional e a eficiência na divulgação das ações do Poder Legislativo Municipal.

Assim, diante das justificativas técnicas apresentadas, conclui-se que a indicação do aparelho iPhone 17 Pro Max mostra-se medida administrativa adequada, proporcional e necessária ao atendimento do interesse público, encontrando amparo legal no art. 41, inciso I, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. ***Da vedação de utilização de marca/produto***

5.4.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

5.5. ***Da exigência de Amostra***

5.5.1. Não será exigida a apresentação de amostra nessa contratação.

5.6. ***Da exigência de carta de solidariedade***

5.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

5.7. ***Subcontratação***

5.7.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

5.8. ***Garantia da contratação***

5.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.9. ***Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:***



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

5.9.1. Será aplicada ao produto/bem, somente a garantia legal estabelecida Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de Fornecimento em remessa única (de acordo com a demanda).

6.1.1.1. Ressalta-se que a remessa única mencionada se refere apenas a ordem de fornecimento recebida e não ao quantitativo total do contrato.

6.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

6.1.3.1. Av. Queiroz Junior nº 639, Bairro Praia, Itabirito MG

6.1.3.2. Rua José Benedito nº 189 - 3º andar, bairro Santa Efigênia, Itabirito MG

6.1.3.3. O local de entrega do (s) itens será definido na ordem de fornecimento, podendo um mesmo pedido ser entregue em locais diferentes.

6.1.4. As entregas deverão ser realizadas em dias úteis no horário de 12:00 às 17:30 e devem ser agendadas com o fiscal do contrato.

6.1.5. Conforme preconiza o inciso II do Art. 140 da Lei 14.133/2021, fica definido o recebimento da seguinte forma:

6.1.6.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no momento da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

6.1.6.3 O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

6.1.6.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.6.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.6.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.6.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.1.6.8 O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

6.1.6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total de validade.

6.1.7. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais e com a data de validade expressa, se for o caso.

6.1.8. A contratada deverá responsabilizar-se pelo acondicionamento, transporte e descarregamento dos produtos dentro dos padrões e recomendações técnicas, devidamente protegidos de pó e variação de temperatura, até o local onde os mesmos serão entregues, atendendo as normas da vigilância sanitária.

6.1.9. A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

6.1.10. A contratada deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para o fornecimento.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e da Resolução nº 1/2024, da Câmara, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 2 (dois) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto na Resolução nº 1/2024, da Câmara.

7.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.7. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições de natureza técnica ou provenientes de vício redibitório.

7.8. Rotinas de Fiscalização

7.8.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8.2. O fiscal do contrato deverá abrir processo administrativo, em meio físico ou informatizado, para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, registrando nele todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato,



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8.3. O fiscal deverá certificar que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada.

7.8.4. O fiscal do contrato verificará, durante toda execução do contrato, se a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação.

7.8.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, inclusive no caso de qualquer falta cometida pela contratada.

7.9. Rotinas de Gestão

7.9.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato, bem como as atividades que compõem o processo de contratação.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada contrato.

7.9.3. Caberá ao gestor do contrato acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização do apostilamento e termo aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.9.4. O gestor do contrato deverá verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.

7.9.5. O gestor do contrato deverá controlar os prazos de vencimentos dos contratos, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato.

7.9.6. O gestor do contrato anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

7.9.7. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, o gestor do contrato, observada as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, adotará as providências necessárias para apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.9.8. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.9.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Das Condições de Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na proposta e/ou no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O descarregado do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

8.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078, de 1990.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023.

8.2.2. Para fins de liquidação, o Gestor do contrato deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração, por meio do Gestor do Contrato, deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023.

8.3.2. No caso de atraso, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9.2. Forma de Fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda da Câmara Municipal de Itabirito. As entregas deverão seguir as ordens de fornecimento encaminhadas.

9.3. Exigências de Habilitação

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Habilitação jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente, como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

9.3.3. **Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente**, como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.4. **Procuração válida**, se for o caso.

II. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CPF)** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ)**, conforme o caso;

b) Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de **regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante** em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

d) Prova de **regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante**, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

e) Prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

f) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

III. Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023

9.3.5. Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

a) De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

b) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) De que não há sanções vigentes que legalmente o proíbam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

10.1. Do Contratante:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

10.1.5 Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6 Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.7 Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10 Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.11 Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.12 Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.2. Do Contratado:

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.2.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 10.2.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.2.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 10.2.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.2.1.7. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao fiscal do contratado para ateste, conferência e adoção dos procedimentos de pagamento;
- 10.2.1.8. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

- 10.2.1.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.2.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 10.2.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.2.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.2.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.2.1.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.1.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.1.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.2.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.2.1.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)

11.1. O Licitante e/ou Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 15.361, de 2024, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei e no Decreto Municipal nº 15.361/2024, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas por infrações cometidas nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria da Câmara, para adoção das medidas cabíveis, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1 Considerando a natureza do objeto desta contratação, não se prevê, em regra, tratamento de dados pessoais para a execução contratual.

12.1.1 Ainda assim, a futura contratada deverá observar e cumprir as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias para proteção, confidencialidade e segurança de eventuais dados e informações a que tiver acesso em razão da contratação.

12.1.2 Caso ocorra, excepcionalmente, o tratamento de dados pessoais durante a execução do objeto, este deverá ocorrer exclusivamente para atendimento da finalidade pública da contratação e em conformidade com os princípios, direitos e obrigações previstos na LGPD.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 Em caso de licitação para **Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 209 do Decreto nº 14.754, de 2023):

13.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.1.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou



Câmara Municipal de Itabirito

Av. Queiroz Júnior, nº 620 – Praia - Itabirito/MG - CEP 35.450-228

Telefone: (31) 3561-1599 /www.itabirito.mg.leg.br

13.1.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Itabirito.

14.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- I) Gestão/Unidade: 001 – Corpo Legislativo
- II) Fonte de Recursos: 15000000000 – Recurso não vinculado de imposto
- III) Programa de Trabalho: 0001.0031.0001.1001 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente – Uso exclusivo Câmara Municipal
- IV) Elemento de Despesa: 3449052000000000000 – Equipamentos e Material Permanente
- V) Ficha: 09

- VI) Gestão/Unidade: 001 – Corpo Legislativo
- VII) Fonte de Recursos: 15000000000 – Recurso não vinculado de imposto
- VIII) Programa de Trabalho: 0001.0031.0001.1012 – Desenvolvimento do Programa Cidadania
- IX) Elemento de Despesa: 3449052000000000000 – Equipamentos e Material Permanente
- X) Ficha: 19

- XI) Gestão/Unidade: 001 – Corpo Legislativo
- XII) Fonte de Recursos: 15000000000 – Recurso não vinculado de imposto
- XIII) Programa de Trabalho: 0001.0031.0001.2004 – Manutenção dos Serviços Gerais da Câmara
- XIV) Elemento de Despesa: 3339030000000000000 – Material de Consumo
- XV) Ficha: 20

Itabirito, 27 de maio de 2026.

Jussara Maria Pereira
Assessora de Licitações e Contratos